

# Decolonialidade e o conflito Israel X Palestina

MARCEL PEREIRA PORDEUS  
KÁTIA PAULINO DOS SANTOS  
WILDESON DE SOUZA CAETANO

**RESUMO:** O conflito Israel x Palestina é explorado na mídia atual como uma consequência do ataque de 7 de outubro de 2023, excluindo a história e promovendo o discurso de “defesa” do lado israelense. O presente estudo visa explorar o impasse sob as lentes da decolonialidade, levando a compreensão de como essa abordagem pode contribuir para a criação de medidas que colaborem com o tratamento do conflito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Palestina. Israel. Decolonialidade. Conflito.



## Decoloniality and the Israel vs. Palestine conflict

### MARCEL PEREIRA PORDEUS

Marcel Pereira Pordeus. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisador Associado do Centro Latino Americano de Estudos em Cultura – CLAEC.  
E-mail: marcel.pordeus@aluno.uece.br

### KÁTIA PAULINO DOS SANTOS

Kátia Paulino dos Santos. Doutora em Gestão pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de Portugal (UTAD). Reitora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Professora vinculada ao Colegiado de Pedagogia da UEAP.  
E-mail: katia.paulino@uece.br

### WILDESON DE SOUZA CAETANO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UECE. Professor de História da rede municipal de Guaiuba-CE.  
E-mail: wildeson.caetano@aluno.uece.br

**ABSTRACT:** The Israel-Palestine conflict is explored in today's media as a consequence of the October 7, 2023, attack, excluding history and promoting a discourse of “defense” on the Israeli side. This study aims to explore the impasse through the lens of decoloniality, leading to an understanding of how this approach can contribute to the creation of measures that help deal with the conflict.

**KEYWORDS:** Palestine. Israel. Decolonization. Conflict.

DATA DE ENVIO: 31/01/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 15/03/2024

## 1 Introdução

Os recentes eventos advindos do processo de reformulação do conflito entre Israel e Palestina culminaram em uma série de opiniões, debates e buscas por um desfecho pacífico, que retome o estado de paz e que seja capaz de pôr fim a um dilema vivenciado já por sete décadas, responsável pela destruição de toda uma sociedade. Os esforços de órgãos internacionais, entidades e Nações Unidas se mostraram, até o presente momento<sup>1</sup>, ineficazes para o cessar do conflito. Sem contribuir diretamente para inibir as ofensivas que transformaram um cenário de “retaliação” dos ataques sofridos por Israel em uma verdadeira carnificina, responsável por matar, até agora, mais de 30 mil palestinos, sob o pretexto de defesa que, em verdade, remete aos processos de colonização e de “conquista” de territórios como da América Latina, já presenciados na história da humanidade.

Sob a perspectiva midiática, os eventos decorrem diretamente da investida do grupo Hamas<sup>2</sup> contra o Estado de Israel, o que reduz uma história de anos de conflitos a uma única ocasião dentro de um curto período de tempo, manobra que pode causar alienação – sobretudo ao se concentrar na posição tomada por aqueles que buscam, nas palavras de seu governo, se defender, gerando uma justificativa infundada para o genocídio que vem assolando os palestinos. É fundamental que se pense a condição vivenciada por esses povos com um olhar mais crítico, contemplando as sete décadas de busca por dominação, ocupação de território e destruição de todo um povo. O conflito assim posto, deve ser tratado com cuidado, lançando uma perspectiva decolonial que possibilite compreender suas causas, vislumbrando assim uma solução que contemple um cessar-fogo.

Ao tratar da temática de guerra que envolve Israel e Palestina, tendo como marco inicial dos conflitos os acontecimentos de outubro de 2023, abre-se um precedente para que aqueles defensores do lado israelense baseiem seus discursos na ideia de “defesa”. Tal cenário exclui “[...] da narrativa qualquer preocupação com as

---

1 Artigo escrito durante o mês de janeiro de 2024.

2 Movimento de Resistência Islâmica.

mais de sete décadas de ocupação, o regime de *Apartheid* e o enraizamento das práticas de limpeza étnica” (Huberman; Fernandes, 2023, p. 16). Esse posicionamento favorece um dos lados, deixando de lado qualquer análise mais profunda que evidencie o real problema e que possibilite uma reflexão acerca da dimensão real do conflito.

O caminho crítico se mostra então como chave para a compreensão do conflito e para a busca por resolução. Uma perspectiva decolonial pode apresentar grande contribuição nas medidas propostas e pensadas para a situação de Israel e Palestina. Importante ressaltar que a criticidade aqui tratada se refere a forma de enxergar o conflito através de um conceito conhecido dentro da academia, mas que pouco se discute no cotidiano ou mesmo dentro das mídias que veiculam as notícias do conflito – a ideia de decolonialidade. Ideia pouco ou nunca mencionada ao se analisar os produtos da guerra entre Israel e Palestina, que já se desenvolve por anos sem uma resolução efetiva (Resende; Rossignoli, 2015).

As imposições e demonstrações de poder com armas, investidas e mais mortes resultam de séculos de construções ideológicas baseadas nos princípios de dominação, o que, nesse caso, hoje carece de subversão e desconstrução dos preceitos de uma direita radical, que crê em valores de supremacia de raça e cultural, em detrimento do povo palestino, sem Estado e que luta por sobrevivência num cenário de colonialidade e genocídio. Para tanto, uma busca por soluções eficazes, a exemplo de uma descolonização, ainda é uma discussão latente e contemporânea, do contrário, não haverá resolução definitiva, uma vez que nesse caso a “descolonização não é uma metáfora” (Tuck; Yang, 2012), e necessita ser colocada em prática. Abdicando de medidas que visam demonstração de força e fornecimento de armas ou outros recursos ofensivos, o mundo deve tomar posição e reconhecer sua influência no conflito, sobretudo ao se pensar os eventos anteriores que culminaram no momento atual, e de que forma as demais nações contribuíram para a escalada.

Historicamente protegida e chancelada pelos EUA, Israel avança sobre os palestinos impondo seu regime de violência e morte, causando um verdadeiro caos que requer de outras nações uma

posição clara e objetiva quanto aos eventos que resultam no genocídio do povo palestino. Cabe àqueles solidários aos palestinos posições mais efetivas que cubram resoluções eficazes para o conflito, a exemplo da África do Sul, que busca mover uma ação judicial contra Israel por crimes de genocídio, ou no caso de Bolívia e Belize que cortaram relações com o país no ano de 2023 devido aos acontecimentos recentes. E, a posição mais atual – que eclodiu numa discussão acalorada com apoio de chefes de Estado e governos do mundo inteiro – foi tomada pelo Executivo brasileiro, tendo por representante o presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Nesse sentido, o presente estudo busca analisar a decolonialidade como parte fundamental para a tomada de medidas que visem a resolução do conflito Israel e Palestina, tomando como base o conceito conhecido por povos historicamente colonizados, e o reempregando para compreender melhor o que de fato leva ao estabelecimento da perspectiva atual, sua passível invisibilidade e seletividade da grande mídia.

## **2 O conflito como fruto de um processo de colonização**

Inicialmente para tratar da concepção de colonização aqui auferida, é fundamental resgatar tal conceito como sendo aquele que os povos latino-americanos conhecem, que envolve o processo de chegada dos europeus em suas terras, bem como toda a exploração e dominação sofridas frente aos “conquistadores”, pois em suma, quando se discute esse processo, essa é a primeira relação feita. Em contrapartida, ao se discutir colonialismo no século XXI, a ideia parece um tanto quanto fantasiosa ou mesmo irreal,

[...] quando pensamos em colonização (ou mesmo no neocolonialismo da África e Ásia), imaginamos uma característica histórica comum a séculos já passados. No século XXI, falar em colonialismo e expansão territorial, em exploração da mão-de-obra nativa, em controle e restrição de populações originárias e em mecanismos jurídicos discriminatórios só poderia ser coisa de ficção científica. Mas não é. Precisamos compreender a realidade palestina por essas lentes coloniais. Sem uma breve contextualização, ficamos reféns de

narrativas simplistas, que favorecem o presentismo, que promovem a desinformação e contribuem para a banalidade da realidade (Gennari, 2023, p. 157).

Assim, o colonialismo moderno que tratamos é aquele do qual faz parte Israel, que se impôs no território Palestino somente em 1948 através do apoio britânico, e que desde então foi responsável por promover uma série de incursões militares com a finalidade de expulsar o povo palestino de seu território. Nesse sentido, Israel pode ser entendida como produto direto de um processo colonizador moderno, uma vez que o povoamento do território palestino se sucedeu, mas em teoria, haja vista que na prática Israel exerce pleno domínio por meio de seu poderio bélico e de influência dos EUA (Wolfe, 2006; Salamanca *et al.*, 2012).

Apesar da presença histórica de diversos povos convivendo no mesmo território, a questão se dá quando é decidido criar o Estado de Israel dentro do território palestino, causando assim uma série de divergências, sobretudo quando há a promoção da destruição da nação nativa palestina e da tomada de terra e trabalho dos povos que ali estavam. Diversas situações foram suscitadas a partir do processo de colonização de Israel, dentre eles o *Apartheid*, que favoreceu a elite judaica enquanto promovia a expulsão dos palestinos e uma verdadeira limpeza étnica (o chamado nakba), culminando no estabelecimento do Estado de Israel.

Para além da ocupação territorial e do incentivo cada vez maior para que judeus ocupem o território, enquanto palestinos são expulsos ou por vezes até assassinados, o Estado de Israel possui uma vasta história de violações de leis internacionais e de crimes de guerra, além de infrações aos direitos humanos, promovendo também a exclusão daqueles que não são considerados cidadãos pelo governo, e têm assegurados direitos básicos para a vida em sociedade. Dentre todas as violações e medidas abusivas do Estado, pode-se considerar Gaza como a mais violenta, bárbara e cruel, uma vez que toda a vida dos mais de dois milhões de palestinos que ali residem é controlada, desde a entrada de mantimentos básicos ao acesso à saúde, energia e outros.

A partir dessa condição, torna-se inviável tratar a situação presenciada como uma simples guerra, ou como uma situação de defesa de um país que foi atacado por rebeldes como vem sendo disseminado na mídia global, uma vez que de fato o que ocorre é um novo capítulo da limpeza étnica antes iniciada, culminando em um genocídio televisionado, uma vez que o colonizador extermina seu colonizado. Nesse sentido, não se pode avaliar a situação sem considerar todo o contexto histórico de conflitos vivenciados pelos dois grupos.

Em decorrência da política sionista, a expulsão de palestinos do seu território original e a anexação deste por Israel inaugura as disputas pelo direito de ocupar a região desde os primórdios do século XX. O sionismo, que visava estabelecer o Estado de Israel dentro do território palestino, destinando assim a região para acolher e desenvolver a sociedade israelense, bem como instituir as bases de um Estado étnico-racial com sua maioria judaica (Shafir, 2004), nomeia o colonialismo moderno do qual tratamos, expandindo seu território e expulsando os nativos em processo semelhante àquele visto nas Américas.

### **3 A colonização israelense e sua invisibilidade na mídia e política internacional**

A partir dos eventos ocorridos em 7 de outubro de 2023, os olhos da mídia internacional e das nações ao redor do globo se voltaram para a região da Palestina, onde o conflito entre o grupo Hamas e Israel tomou um novo fôlego, pondo em risco a vida de milhões de cidadãos palestinos que não necessariamente tinham relação com os ataques proferidos contra o Estado de Israel. Prontamente diversas notícias, reportagens e entrevistas com civis e líderes de Estado que estavam direta ou indiretamente vivenciando o conflito foram disseminadas, com o principal discurso de uma investida israelense com o intuito de se defender de tais ataques. No entanto, com o avançar dos dias, o que se viu foi uma ofensiva cada vez mais forte que gerou a morte de milhares de inocentes, dentre eles crianças, resultando no que o governo da África do Sul e Brasil classificaram como genocídio do povo palestino.

O que se pode discutir a partir da abordagem da grande mídia é sua influência dentro do discurso de “defesa” proposto por Israel, ao passo que o número de civis mortos só cresce (Resende; Rossignoli, 2015). Outro ponto relevante a ser analisado é em como a abordagem das notícias apaga totalmente o processo de colonização feito por Israel frente ao território explorado, causa real e inicial de todo o problema.

Assim, ao tratar da data de 7 de outubro de 2023 como marco inicial da “guerra”, por conta do ataque sofrido, abre-se um precedente para ocultar o lado de quem mais sofre com os resultados do conflito, “[...] o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como no discurso a ideologia produz seus efeitos de sentidos” (Orlandi, 2012, p. 43). Assim, as proposições elaboradas e veiculadas pela mídia impactam diretamente nas ações tomadas pelos governos mundiais, ademais de produzirem juízos de valor através da sociedade que se posiciona defendendo determinado lado baseado em seus princípios e na alienação sofrida.

Historicamente o povo palestino considera ilegítima a formação de outros Estados dentro de seu território, principalmente pela forma como ocorreu a separação e divisão através da mediação da ONU, em 1948, o que culminou no extermínio e expulsão daqueles que ali residiam. Fatos como esse são desconsiderados ao serem veiculadas matérias como “Sete de outubro de 2023: o dia em que Israel viveu o pior ataque terrorista de sua história” (Portal R7, 2023, online) ou “Líder do Hezbollah diz que ataque do Hamas em 7 de outubro foi ‘100% palestino’” (G1, 2023, online). Tais matérias colaboram para a justificativa de “defesa” de Israel, enquanto os líderes envolvidos e até mesmo os grandes representantes mundiais não chegam a um acordo que evite a morte de cada vez mais pessoas.

O que de fato não é veiculado é a reivindicação através do poder bélico de Israel, de seu *status* de Estado legítimo, ao passo que os demais povos não aceitam tal legitimidade, causando um impasse que resulta em guerra. A principal ferramenta do governo israelense é a “muralha de ferro”, que propicia sua existência

enquanto estado colonial por meio de sua imposição contra o povo palestino (Shlaim, 2004). Cabe a reflexão acerca de quem seria o beneficiário maior de um Estado legítimo representado por Israel no coração do Oriente Médio.

Dessa forma, como panorama histórico esquecido pela mídia, temos em meados de 1967, ao derrotar o poderio Árabe representado por Egito, Síria e Jordânia, e enfraquecendo a influência soviética na região, sobretudo em uma época de valorização do petróleo como mercadoria imprescindível para a economia ao redor do mundo, a criação de uma aliança entre Israel e EUA – que ano após ano iria se fortalecer de forma contínua, fazendo com que o governo estadunidense influenciasse diretamente os rumos do conflito com a Palestina (Shlaim, 2004). A aliança fundada não se baseou apenas em estratégia por conta da localização no período correspondente à Guerra Fria. O planejado era ter como aliada uma nação que poderia dividir e difundir os valores liberais-ocidentais dos EUA dentro do Oriente Médio (Beijin, 2021).

Nesse sentido, em 1973, após a vitória de Israel frente ao Egito e Síria na chamada Guerra do Yom Kippur, anos depois, em 1978, um de seus maiores inimigos, o Egito, reconhece Israel como Estado, sendo a primeira dentre todas as nações árabes. A estratégia utilizada para levar o Egito a reconhecer Israel foi simples, o chamado *Acordo de Camp David*, que determinava uma série de ações para resolver as questões envolvendo a Palestina, além de oferecer ajuda militar entre Israel e Egito, por meio da mediação dos EUA (Shlaim, 2004). A partir de então o que se vê é uma nova orientação do imperialismo norte-americano no Oriente Médio, uma verdadeira reformulação através da promessa de paz e resolução dos conflitos que perduravam por anos.

Nos anos que seguem, com o agravante de outras guerras, como a do Golfo, e o militarismo da região israelense se tornando uma problemática para o governo estadunidense, bem como a questão da Palestina, tornando-se cada vez mais incontrolável, a regulamentação e normalização do Estado Israelense no Oriente Médio passou a ser crucial para os interesses políticos e econômicos dos EUA. Destarte, a principal ideia para contornar os



contratempos surgidos era fundar uma espécie de região de livre comércio, como o NAFTA (Hanieh, 2013).

O histórico do conflito remete ainda a outros momentos de interferências dos EUA como forma de buscar resolver os embates por meio da paz entre palestinos e israelenses, como no caso da Conferência de Madrid em 1991, que contou com o apoio da ONU, Banco Mundial e URSS, além de envolver Egito, Síria, Israel, Líbano, Jordânia e Palestina na tentativa de uma resolução. Diversas tentativas de estabelecer a paz entre Israel e Palestina foram feitas ao longo dos anos, dentre esses o Acordo de Oslo, em 1993, que apesar de não apresentar progresso significativo serviu como demonstração da força de vontade israelense em estabelecer a paz.

No decorrer dos anos, após 1991, o que ocorreu foi um movimento global no sentido de reconhecer Israel como um Estado já estabelecido, uma vez que agora os israelenses estabeleciam relações com a URSS, bem como com a Índia e China respectivamente, o que fortaleceu o *status* de Israel como Estado e abriu precedentes para que as nações ao redor do globo assim o reconhecessem. No ano de 2020, os Acordos de Abraão que envolviam Bahrein, Marrocos, Sudão e Emirados Árabes Unidos, mediado pelos EUA com a figura do então presidente Donald Trump, foram responsáveis por buscar uma normalização e resolução dos conflitos com o intuito de estabelecer a paz.

A partir desse movimento político, buscava-se redesenhar a história do conflito entre Israel e Palestina através daquilo que seria chamado de “Acordo do Século”, que reestabelecia os territórios da Cisjordânia buscando sua formalização como parte do território anexado a Israel. Sucessor de Donald Trump, Joe Biden tinha como intenção continuar o projeto já iniciado, firmando um acordo entre Israel e Arábia Saudita, o que foi impugnado por conta dos acontecimentos do dia 7 de outubro de 2023.

O que se obtém desse panorama histórico é a certeza de que todos os eventos anteriores à data da recém retomada do conflito devem ser analisados e interpretados com o intuito de melhor compreender o contexto geral, para chegar a uma solução efetiva e justa que seja capaz de promover o estado de paz.

Importante ressaltar que ao analisar o histórico de conflito que se inicia com a fundação de Israel dentro da Palestina, propiciada pelo Império Britânico, deve-se considerar a mudança de panorama que leva os Estados Unidos a se tornar o principal mantenedor do Estado israelense, sobretudo com o aporte militar e de armas, bem como o total estabelecimento de seu militarismo na região com o intuito de perpetuar o colonialismo israelense e assim assegurar a manutenção de seus interesses.

#### **4 Os impasses governamentais para a resolução do conflito**

Assim como ocorre com a maioria dos estados submetidos a políticas de colonização, no caso de Israel não há um movimento que propicie o questionamento da promoção de sua política colonial, o que trava em certa medida a busca por ações que possam se aproximar da resolução do conflito. O colonialismo israelense fundado nas bases do imperialismo estadunidense, e a falta de reflexão acerca de seu estabelecimento impede diretamente a extinção de um estado colonial que propicie uma possível pós-colonização.

Ademais do colonialismo de Israel no território disputado, cabe repensar o que impediria, de fato, medidas mais eficazes no intento de findar as disputas. Nessa perspectiva é fundamental salientar o discurso propagado pelo governo de Israel, que considera todos aqueles que defendem ou tomam partido dos palestinos como antissemitas, uma vez que há o argumento de perseguição ao povo judeu com base no estabelecimento da palavra “holocausto” para designar tal condição, o que nas palavras de Eric Hazan:

[...] um holocausto de caráter único, sem precedente e sem equivalente na história, dá ao “povo judeu” – e, como consequência ao Estado de Israel que pretende representá-lo – um direito sobre os outros que é também único, um capital moral que justifica todos os meios empregados para assegurar sua ‘sobrevivência’ e, em particular, a ocupação armada dos territórios palestinos. Pouco importa se os palestinos não tenham nada a ver com o genocídio dos judeus (Hazan, 2004, p. 52)

Para além do questionamento das bases coloniais do estabelecimento do Estado Israelense, cabe salientar a ineficiência com que as Nações Unidas enfrentam a problemática, uma vez que por anos perdura a intenção por resolução, sem de fato apresentarem medidas eficazes para tal. Esse fato levou o então diretor da ONU, Craig Mokhiber, advogado especializado em direito internacional de direitos humanos, a pedir demissão pouco tempo após os acontecimentos de 7 de outubro de 2023.

Em sua carta de demissão, o ex-diretor apresenta um forte relato que comove à medida que preocupa, uma vez que ele aponta a ineficiência dos órgãos responsáveis em proteger aqueles que mais necessitam de um aporte, salientando que “[...] este é um caso clássico de genocídio”, e que “[...] o projeto colonial europeu e étnico-nacionalista de colonização na Palestina entrou na sua fase final, rumo à destruição acelerada dos últimos vestígios da vida autóctone palestina na Palestina” (Mokhiber, 2023, p. 155). Para além de uma carta de demissão, o ex-diretor apresenta um real desabafo sobre as condições que o levaram a decisão, apontando, inclusive, nações que segundo ele seriam responsáveis por colaborar com a manutenção da situação no Oriente Médio.

Craig Mokhiber aponta os Estados Unidos, o Reino Unido e parte de nações europeias como cúmplices dos ataques que os palestinos vêm sofrendo, uma vez que estes não cumprem seu dever de garantir os acordos impostos pelas Convenções de Genebra, ademais de contribuir com a ofensiva israelense ao passo que apoiam economicamente e fornecem informações enquanto encobrem as ações cometidas por Israel (Mokhiber, 2023). Em contrapartida, ao mesmo tempo que financiam as ações de Israel, as ditas grandes potências participam de reuniões e debates, e assistem às tentativas de intervenções políticas de países como África do Sul e Brasil, que desafiam a ordem mundial em busca de uma resolução pacífica.

Aliados aos governos interessados nas disputas territoriais, a grande mídia relativiza os acontecimentos que se sucedem, violando o 2º Artigo do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, à medida em que justificam o genocídio contra o povo palestino e propiciam propaganda de guerra, espalhando

declarações religiosas que discriminam, hostilizam e perpetuam a violência, bem como discursos de ódio e discriminação racial (Mokhiber, 2023). Diversos meios de comunicação desfazem das manifestações de ativistas em defesa dos palestinos ao passo que veiculam o genocídio, estabelecido contra esse povo como uma simples ação de “defesa” israelense, disseminando uma propaganda pró-Israel.

Nesse sentido, com os interesses de governos de outros países, torna-se inexistente um movimento de questionamento das estruturas coloniais do Estado de Israel, o que afeta diretamente a questão com a Palestina, ao passo que o debate se centra em uma resolução através dos moldes estatais. Tal processo apaga a história do conflito enquanto presume que um Estado fundado em bases étnicas e nacionalistas, continuamente militarizado e que busca cada vez mais a expansão de seus territórios, tornar-se-á adepto de quaisquer medidas propostas de divisão do território. Essa crença afeta sobretudo o processo de reconhecimento de como Oslo, em 1993-1995, influenciou na legitimação da colonização e controle dos territórios de Gaza e da Cisjordânia, uma vez que a proposta era uma transição para dois Estados, e esta não se concretizou (Gordon, 2008).

Ao se pensar em uma Palestina pós-colonial, o impasse relativo ao modelo estatal se torna novamente uma problemática, pois somente se apresenta viável através da dissolução em dois Estados, o que seria “justo” para palestinos e judeus, mas ignoraria a existência dos demais povos que habitam o mesmo espaço. Por outro lado, o que se percebe nos discursos que defendem uma saída pacífica é uma ausência de profundidade quando se trata do aspecto colonial do conflito, o que favorece resoluções parecidas com aquelas já implementadas no passado e que não surtiram efeito. A defesa de uma divisão em dois Estados sem considerar o contexto histórico é abordada por diversos países, como se a solução viesse por meio dessa fórmula mágica, capaz de findar todas as disputas e estabelecer a paz. Através dessa perspectiva, pode-se discutir também a legitimação que essa “solução” daria às reivindicações racistas dos israelenses quando se fala dos refugiados e da divisão demográfica.

Assim, a resolução estatal do conflito só contempla dois cenários possíveis: a dissolução em dois Estados ou a manutenção de um apenas – o que seria responsável por extinguir toda uma sociedade já estabelecida, toda uma cultura, gerando também um grande fluxo de imigração que resultaria em mais uma crise global com os refugiados. Na contramão do debate acerca da descolonização palestina, como devolução da terra do trabalho e cessão das mortes do povo palestino, o que se apresenta é um cenário cada vez mais ligado aos interesses econômicos e políticos, que levam a uma solução estatal.

O processo de mediação através da descolonização não pode contemplar uma medida estatal que estabeleça dois Estados, uma vez que essa posição legitimaria todos os ataques, as mortes infligidas aos palestinos, além da apropriação de suas terras. Nesse sentido, o processo de descolonização deve começar a partir da destruição da sociedade colonial, para que assim haja a possibilidade de uma reconstrução (Fanon, 2022). Dessa forma, não cabe destruir ou expulsar os habitantes de determinado território, o que se faz necessário é a reflexão acerca das bases que moldam o estabelecimento dessas sociedades, o que possibilitaria sua reformulação.

O ex-diretor da ONU, em sua carta de demissão já mencionada, levanta um questionamento crucial que pode contribuir para a reformulação desses padrões. Ao questionar qual seria o cenário caso a organização se mantivesse fiel ao seu papel de responsabilizar infratores, garantir os direitos humanos e reparar as vítimas, Craig Mokhiber sugere que é necessário ir além das cortinas de fumaça propagadas pela mídia hegemônica. Além disso, ele destaca a coragem necessária para enfrentar os Estados-potência e assegurar o estabelecimento da paz. Mokhiber também descreve em dez passos fundamentais o que, em sua concepção, poderia ser feito para inclinar a balança na busca por soluções.

Aqui estão os quatro pontos principais abordados na carta escrita pelo ex-diretor que podem contribuir para o pensamento decolonial de desocupação dos territórios apropriados e para o fim do conflito. Inicialmente, é fundamental ter uma visão clara do conflito, não tratando apenas como uma disputa territorial ou

religiosa, mas sim como uma compreensão de uma disputa injusta, onde um dos lados possui um poder desproporcional e coloniza, persegue e expropria uma população autóctone em virtude de sua etnia (Mokhiber, 2023). A partir daqui, podemos perceber a manifestação da colonização antes mencionada e a necessidade de considerar os eventos históricos, incluindo seu ponto de partida.

Outro ponto a ser considerado é aquilo denominado como “verdade e justiça”, na qual o que se busca garantir é um processo de justiça que seja capaz de proporcionar um aporte histórico para os eventos ocorridos, com o intuito de zelar pela documentação da verdade, responsabilizando diretamente todos aqueles envolvidos, e que permita ainda reparar e compensar as vítimas desses conflitos. Para isso, é fundamental reunir e organizar todas as informações obtidas através de investigações da ONU e possíveis relatórios já elaborados (Mokhiber, 2023).

Uma espécie de “Comissão da verdade”, a exemplo do movimento ocorrido no Brasil referente a investigações sobre o período ditatorial, faz-se fundamental para documentar toda a história da guerra, suas causas, seu início e as perdas sofridas, bem como, para lembrar ao resto do mundo e as gerações seguintes como o avanço colonialista sem freio, baseado em argumentos de raça, religião e propriedade são capazes de levar a destruição de toda uma sociedade e seu modo de vida, deixando profundas cicatrizes em um povo que somente busca a sua liberdade e a manutenção dos seus direitos básicos e de sobrevivência.

Avançando para as medidas necessárias, cabe ainda destacar talvez a principal delas apontadas na carta do ex-diretor da organização, a questão mais longeva que causa toda a destruição e perpetuação do caos, o desarmamento de Israel. Mokhiber defende que todas as armas, sejam elas químicas ou biológicas, devem ser retiradas de Israel através da destruição de seus arsenais nucleares, o que de acordo com ele, impactaria diretamente na cessão da destruição causada pelo Estado, e quem sabe até evitaria questões maiores à frente (Mokhiber, 2023).

Por fim, um ponto curioso apontado na carta, assim como a declaração dos interesses defendidos pelas potências mundiais dentro do contexto do conflito, é a mediação de um acordo. Seria

prudente deixar essa tarefa na mão de potências ocidentais? De acordo como o documento, é fundamental reconhecer que países como os Estados Unidos ou as demais potências não são mediadores confiáveis, a partir do momento em que percebemos que os mesmos fazem parte do conflito por serem cúmplices de Israel dentro do seu plano de colonização (Mokhiber, 2023).

O documento mencionado ainda aborda outras questões fundamentais para o avanço da reorganização da política no território disputado, elencando o papel de países de outras partes do globo e da sociedade como um todo, contudo, os pontos aqui mencionados ilustram muito bem as diretrizes que podem ser seguidas para a desconstrução do Estado de Israel como uma alternativa à resolução do conflito. Por fim, o que se vê é um apelo para que a luta contra o regime de opressão seja continuada, levando em consideração a necessidade de manutenção da solidariedade e contribuição com o povo palestino,

Levaremos anos para chegar lá, e as potências ocidentais lutarão contra nós a cada passo do caminho, por isso temos de ser firmes. Devemos trabalhar por um cessar-fogo imediato e pelo fim do cerco de Gaza, opor-nos à limpeza étnica de Gaza, de Jerusalém, da Cisjordânia (e de outros lugares), documentar o ataque genocida a Gaza, ajudar a fornecer ajuda humanitária maciça aos palestinos e à reconstrução; cuidar dos nossos colegas traumatizados e das suas famílias e lutar com todas as nossas forças para garantir que a abordagem dos gabinetes políticos das Nações Unidas seja baseada em princípios (Mokhiber, 2023, p. 159).

O esforço para o fim dos conflitos envolvendo o território palestino deve ser coletivo. Ativistas, governos, sociedade civil e demais componentes dos órgãos internacionais precisam urgentemente se empenhar mais em prol das demandas advindas do Oriente Médio. Caso contrário, uma resolução pacífica que poupe a vida de milhares de civis e estabeleça o fim da ordem no território disputado se tornará cada vez mais difícil, chegando até a se tornar utópica à medida que os enfrentamentos avançam e se tornam mais agressivos.

## 5 Considerações Finais

O presente estudo buscou discutir as questões envolvendo Israel e Palestina por meio de uma perspectiva decolonial, contemplando os principais eventos históricos que levaram aos acontecimentos de outubro de 2023. Além disso, procurou-se analisar o papel dos demais países na promoção de acordos efetivos que resultassem no estabelecimento da paz entre as partes envolvidas, bem como discorrer brevemente sobre a influência da mídia na abordagem do conflito, que influencia diretamente a formação da opinião pública e o envolvimento dos governos mundiais na questão.

Os desafios que permeiam o conflito histórico entre Israel e Palestina se agravam à medida que se estabelece uma condição irremediável que, até o presente momento<sup>3</sup>, já ceifou a vida de mais de 30 mil palestinos<sup>4</sup>. Diversas nações ao redor do mundo, embora condenem as condições às quais se desenvolve a “guerra”, não apresentam soluções viáveis para o possível estabelecimento da paz e/ou cessar-fogo. As grandes potências, diretamente interessadas no conflito, parecem ignorar as resoluções propostas em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, colocando seus interesses políticos e econômicos acima de tudo.

Como tratar da paz em um conflito em que, um dos indivíduos encarregados de buscar a diplomacia para a resolução, no caso do ex-diretor da ONU Craig Mokhiber, se demite por não acreditar que a entidade seja capaz de cumprir com seu papel de fomento à paz e cumprimento dos direitos humanos? Como estabelecer uma nova perspectiva de entendimento do conflito, através da descolonização, uma vez que os interesses políticos e econômicos das grandes potências estão acima de tudo? É fundamental que as demais nações e que a comunidade internacional como um todo não se atenham somente às possibilidades de solução apontadas pelas grandes potências, uma vez que há conflito de interesses.

---

3 Este artigo foi escrito em meados de janeiro de 2024, e atualizado em abril de 2024.

4 Dados aferidos pelo Ministério de Saúde da Palestina, e divulgado em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/numero-de-palestinos-mortos-por-ataques-de-israel-em-gaza-ultrapassa-27-mil-diz-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 17 abr. 2024.



Ao pensar em países como os Estados Unidos, aliados diretos e financiadores do poderio israelense, fica claro que nem todas as decisões podem ser creditadas àqueles envolvidos diretamente ou indiretamente. A luta pelos direitos dos palestinos passa diretamente pelo processo de descolonização, retirando de Israel o status de Estado colonizador e restabelecendo uma ordem política na região. Contudo, para a implementação real desse projeto, é necessário refletir sobre todos os padrões de colonização repetidos no Oriente Médio.

O caminho para esse processo pode passar pela solidariedade e apoio de nações que já enfrentaram problemas semelhantes, como a África do Sul, que foi o primeiro país a condenar a situação e classificar como genocídio o que o povo palestino está vivenciando, indo diretamente à Corte Internacional de Justiça (CIJ) para denunciar o Estado israelense por crime de genocídio. O Brasil também manifestou apoio direto ao movimento iniciado pela África do Sul, por meio de nota divulgada pelo Itamaraty, e após isso com declarações do presidente Lula, por um cessar-fogo.

A exemplo do pedido de condenação por genocídio de Israel pela África do Sul e Brasil, em janeiro de 2024, que culminou somente na determinação da Corte de Haia para que Israel “tome medida contra atos de genocídio”, mas que não condena ou mesmo proíbe com sanções ou medidas que afetem o governo israelense à campanha militar implantada no território palestino, as ações vindas de países que buscam condenar e combater os crimes cometidos por Israel necessitam de maior suporte e visibilidade, do contrário, declarações mornas, que relativizam a realidade dos fatos e minimizam as consequências dos ataques israelenses continuarão a ocorrer.

Sem um manifesto efetivo e eficaz da comunidade global, a história de acordos e resoluções como aquelas aqui mencionadas e que pouco contribuíram será repetida, e o ciclo seguirá sem fim. Outro ponto fundamental para o estabelecimento da ordem e da paz é a necessidade de encerrar a normalização de Israel como um Estado dentro das relações comerciais e do cenário global, uma vez que isso legitima seu avanço contra os palestinos e abre precedentes para o já mencionado discurso de defesa, enquanto aqueles colonizados são exterminados.

Tomando por base o que defende o ex-diretor da ONU, Craig Mokhiber, que declara a falência das Nações Unidas na tentativa de promover ações eficazes para o fim da guerra, a falha dos órgãos internacionais não significa necessariamente que se deve desistir da busca por uma resolução. Pelo contrário, as falhas deveriam servir de motivação e inspiração para abraçar novas perspectivas, abandonando o passado de tentativas falhas e adotando um novo método baseado em princípios, solidariedade e empatia, capaz de continuar com as resoluções.

Assim, alinhado a uma perspectiva que preze pela reconfiguração política do território disputado e favoreça a discussão e reflexão embasada na ideia de descolonização, subvertendo a lógica imperialista e favorecendo, acima de tudo, a manutenção do bem-estar, a reparação histórica e o estabelecimento de políticas que visem a promoção de um acordo de paz, a história do conflito pode ser redesenhada para uma resolução que favoreça principalmente os civis palestinos, que sofrem diariamente com a perseguição e o extermínio promovido pelo Estado Israelense.

Nesse sentido, compreendemos que a colonização é uma problemática estrutural, e sua descolonização é a luta cotidiana que se tem desde que nos compreendemos enquanto seres humanos, lutando pelo direito à vida, dignidade e cidadania. Ao pensarmos no genocídio em Gaza, refletimos sobre a necessidade de lutar por uma descolonização, seja do povo latino-americano, do pensamento eurocentrado na academia, do sexismo e homofobia que matam cotidianamente, ou do racismo estrutural e institucional. Os direitos humanos decoloniais se diferenciam a partir do momento em que trabalham sobre uma consciência do agir no cerne do problema, que suprime e dizima um povo, sua cultura.

Além das medidas tomadas pelas referidas nações, é fundamental que haja um processo de descolonização que escale a nível global, uma vez que assim panoramas geopolíticos, econômicos e de relações internacionais seriam afetados influenciando na questão do conflito.

## REFERÊNCIAS

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

GENNARI, M. S. O colonialismo do século XXI: o contexto não é acessório para entender a realidade da Palestina/Israel. **Revista Fim do Mundo**, n. 10, 2023.

GORDON, N. **Israel's occupation**. Berkeley: Univ of California Press, 2008. G1. Líder do Hezbollah diz que ataque do Hamas em 7 de outubro foi '100% palestino'. 03 nov 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/03/lider-do-hezbollah-diz-que-ataque-do-hamas-em-7-de-outubro-foi-100percent-palestino.ghtml>. acesso em: 24 jan. 2024.

HANIEH, A. **Lineages of revolt: issues of contemporary capitalism in the Middle East**. Chicago: Haymarket books, 2013.

HAZAN, É. Da chantagem ao assédio jurídico, *In: Anti-semitismo: a intolerável chantagem; Israel-Palestina, um "affaire" francês?* Rio de Janeiro: Anima Editora, 2004.

HUBERMAN, B.; FERNANDES, S. Descolonizar futuros palestinos: o papel da comunidade internacional para a resolução justa da Questão Palestina/Israel. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 11, n. 21, p. 15-34, 2023.

MOKHIBER, C. Carta de demissão de Craig Mokhiber, diretor do escritório do alto comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Nova York. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S. l.], v. 48, n. 258, p. 155-159, 2023. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1192>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PORTAL R7. **Sete de outubro de 2023: o dia em que Israel viveu o pior ataque terrorista de sua história**. 30 dez 2023. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/fotos/sete-de-outubro-de-2023-o-dia-em-que-israel-viveu-o-pior-ataque-terrorista-de-sua-historia-30122023>. Acesso em: 24 jan. 2024.

RESENDE, F. A.; ROSSIGNOLI, L. O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946). **Galáxia** (São Paulo, Online), n. 30, p. 86-98, dez. 2015.

MARCEL PEREIRA PORDEUS  
KÁTIA PAULINO DOS SANTOS  
WILDESON DE SOUZA CAETANO

SALAMANCA, O. J.; QATO, M.; RABIE, K.; SAMOUR, S. "Past is present: settler colonialism in Palestine", **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, 2012, pp. 1-8.

SHAFIR, G. **Land, labor and the origins of the Israeli-Palestinian conflict**: 1882- 1914. Berkeley: Univ. of California Press, 1996.

SHLAIM, A. **A muralha de ferro**: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

TUCK, E.; YANG, K. W. "Decolonization is not a metaphor", **Tabula Rasa**. Bogotá, n. 38, 2021, p. 61-111.

WOLFE, P. "Settler colonialism and the elimination of the native", **Journal of Genocide Research**, v. 8, n. 4, 2006, p. 387-4